

LEI Nº 966/2015

Data: 26 de Maio de 2015.

SÚMULA: CRIA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PÉROLA D' OESTE, faz saber que a **Câmara** Municipal de Pérola D' Oeste, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU com a finalidade de apoiar ou realizar investimentos destinados a concretizar os objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos urbanísticos e ambientais integrantes ou decorrentes da Lei do Plano Diretor, em obediência às prioridades nele estabelecidas, o qual será vinculado e gerenciado pelo Setor de Contabilidade do município e por este feita a prestação de contas.

§ 1º. O Fundo de Desenvolvimento Urbano será administrado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, e/ou Conselho Municipal das Cidades, composto por membros indicados pelo Executivo, e garantindo a participação da sociedade.

§ 2º. O plano de aplicação de recursos financeiros do Fundo deverá ser debatido pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal e encaminhado anualmente, anexo à lei orçamentária (PPA), para aprovação da Câmara Municipal.

Art. 2º. O Fundo de Desenvolvimento Urbano será constituído de recursos provenientes de:

- I - dotações orçamentárias e créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- II - repasses ou dotações de origem orçamentária da União ou do Estado do Paraná;
- III - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- IV - contribuições ou doações de entidades internacionais;
- V - acordos, contratos, consórcios e convênios;
- VI - rendimentos obtidos com a aplicação do seu próprio patrimônio;
- VII - receitas provenientes de concessão urbanística;
- VIII - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas realizadas com base na Lei do Plano Diretor;
- IX - retornos e resultados de suas aplicações;
- X - multas, correção monetária e juros recebidos em decorrência de suas aplicações;
- XI - outorga onerosa do direito de construir;
- XII - transferência do direito de construir;
- XIII - outras receitas eventuais.

Art. 3º. Os recursos do Fundo serão depositados em conta corrente especial, mantida em instituição financeira designada pela Secretaria Municipal de Finanças, especialmente aberta para esta finalidade.

Art. 4º. Os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano serão aplicados com base na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nesta lei, em: I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, incluindo a regularização fundiária e a aquisição de imóveis para constituição de reserva fundiária;

II - projetos de melhorias urbanísticas e de infraestrutura turística;

III - transporte coletivo público urbano;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana, incluindo infraestrutura, drenagem e saneamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

PÉROLA D'OESTE - ESTADO DO PARANÁ

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários, espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VI - proteção de outras áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental e social.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Pérola D' Oeste, 26 de Maio de 2015.


ALCIR VALENTIN PIGOSO
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO	
JORNAL	<i>Tribuna Regional</i>
EDIÇÃO Nº	1020 PAG. 1A
DATA:	28.05.2015